

Classificados

1 - O Paraná Sábado 28 de fevereiro e domingo 1º de março de 2026

Edição 14.803



WWW.FAVARETOLEILÕES.COM.BR

GRANDE LEILÃO

somente online

AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS - MOTOS - CAMINHÕES E SUCATAS

DIA 04/03
NESTA QUARTA-FEIRA
às 10H00

FAVARETO

VISITAÇÃO/VISITÓRIA PRESENCIAL:
Terça-Feira das 09:00 às 17:00



VENDE-SE TOYOTA

SW4, 2007, completa, pneus novos, único dono, valor R\$ 90.000,00. Tratar pelo fone: (45) 99103-3277. CI-215949.

Apartamentos

IMOB. PARANHOS

Apto. RES. CASCAVEL, Rua Francisco Bartnik, térreo, 03 quartos e d+dependências, reformado com cozinha planejada, interfone, cerca elétrica, garagem coberta, R\$ 250.000,00, poderá ficar locado.
45-99155-6699 Creci J07222 CI-216057.

W. SERAFIM VENDE

Vende apart. Universitário, 6º andar com elevador, 2 quartos mais dependências churrasqueira na sacada com total de 61m² área total sendo 50m² área privativa por apenas R\$ 275.000,00 maiores informações. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-216063.

W. SERAFIM VENDE

Apart. no Centro, 11º andar com elevador, 3 quartos sendo 2 suítes, mais dependências, churrasqueira na sacada com total de 350m², área total sendo 177m², área privativa por apenas R\$ 1.550.000,00. Informações F:(45)9 9922-7904. Willian Serafim. CRECI19806f CI-216073.

Casas

W. SERAFIM VENDE

Vende casa no Jardim União com 1 suíte 2 quartos mais dependências, com sobra de terreno por apenas R\$ 330.000,00 F: (45) 99922-7904 Willian Serafim Creci 19806f. CI-216071.

W. SERAFIM VENDE

Vende casa no Pioneiros Catarinense com 135m² de construção e terreno com 360m² por apenas R\$ 650.000,00. F:(45) 99922-7904 Willian Serafim creci 19806f CI-216072.

W. SERAFIM VENDE

Vende sobrado no Maria Luíza próximo a av. Carlos Gomes terreno contendo 420m² sendo 15m de frente com área construída de 400m² por apenas R\$ 1.400.000,00 maiores informações F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-216070.

W. SERAFIM VENDE

Vende Casa no Alto Alegre com 50m², 2 quartos, 1 vaga para carro coberta, por apenas R\$ 200.000,00. Agende sua visita, F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-216062.

W. SERAFIM VENDE

Sobrado no Alto Alegre, medindo 100m², sendo de 3 quartos, 2 vagas para carros, ideal para moradia ou escritório, por apenas, R\$ 550.000,00. Contato (45) 9 9922-7904. Willian Serafim. Creci 19806f CI-216064.

W. SERAFIM VENDE

Casa no Verona próximo ao universitário, com 1 suíte, 2 quartos, edícula e lavanderia no fundo, o lote corredor de passagem ao lado da casa como acesso. A casa fica na região do Universitário, Padovani, Verona, disponível por apenas R\$ 450.000,00. Contato (45) 9 9922-7904. Willian Serafim. Creci 19806f CI-216076.

Ponto Comercial

W. SERAFIM VENDE

Vende imóvel (industrial, comercial) frente BR 277 com aprox. 15m de testada para a mesma, área total de aprox. 1.050m² contendo um barracão de aprox. 270m², ótima localização por apenas R\$ 1.200.000,00. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-216074.

Terrenos

IMOB. PARANHOS

Vende lote com 360m² no Brasmadeira, Rua Rio Bonito. R\$ 360.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-216052.

IMOB. PARANHOS

Vende lote com 455m² (13x35) no Cancelli, Rua Alcir da Motta, murado (preservação permanente). R\$ 300.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-216053.

IMOB. PARANHOS

Vende Lote com 1050m² (25x42) na região Central, Rua Vitória, 770. R\$ 2.550.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-216055.

IMOB. PARANHOS

Vende Área com 4.633m² no 14 de Novembro, frente para a Rua Souza Naves Sul, a 300m da Petrocon, ao lado da Metalúrgica Turmina, R\$ 2.200.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-216056.

IMOB. PARANHOS

Vende lote com 962m² (17,50x55) no Country, Rua Rio Grande do Norte, entre as Ruas 13 de Maio e Tiradentes. R\$ 2.000.000,00. Aceita carros e parcelamento. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-216054.

W. SERAFIM VENDE

Vende terreno no Paysage Felicitá medindo 200m², por apenas R\$ 325.000,00. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim. CRECI 19806f. CI-216060.

W. SERAFIM VENDE

Área industrial ou comercial de 21.000m² por apenas R\$ 180,00 m². Informações (45)9 9922-7904 Willian Serafim. CRECI 19806f CI-216069.

W. SERAFIM VENDE

Terreno no condomínio Paysage Felicitá, medindo 10x20 totalizando 200m², por apenas R\$ 340.000,00. Informações (45)9 9922-7904 Willian Serafim. Creci 19806f; CI-216059.

W. SERAFIM VENDE

Vende terreno no Bairro Siena medindo 10x20 plano com frente sol nascente por apenas R\$ 235.000,00 Para maiores informação F:(45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-216067.

W. SERAFIM VENDE

Terreno no Alto Alegre, medindo 13x40 totalizando 520m² acima do nível da rua por apenas R\$ 650.000,00. Informações (45)9 9922-7904 Willian Serafim Creci 19806f CI-216068.

Utilidade Pública



Município de Iguatu
Estado do Paraná

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 054/2025

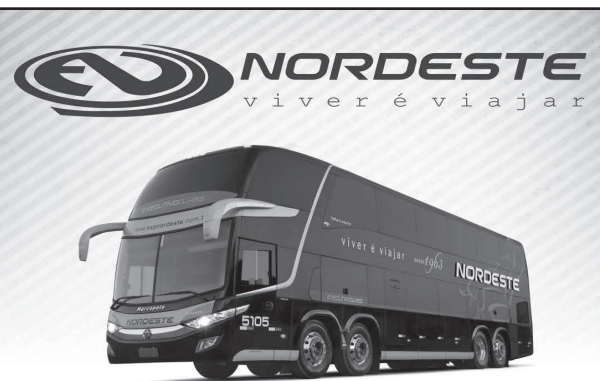
Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso (ou subscrição) de um Sistema Integrado de Gestão Pública Municipal (ERP), em plataforma 100% web, que opere em banco de dados único e relacional, conforme descrições técnicas do Termo de Referência e demais anexos.
Data da sessão de abertura: 16/03/2026.
Horário: 09h00min.
Valor estimado: R\$ 453.637,43 (Quatrocentos e cinquenta e três mil seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos).
LOCAL: Bolsa Nacional de Compras - BNC - <http://www.bnc.org.br>
Informações: (45) 3248-1090 ou por e-mail: licitacao@iguatu.pr.gov.br

Iguatu, 27 de fevereiro de 2026.

Martinho Lucas de Godoy
Prefeito Municipal

CI1241658-E26

Av. Centenário, 500 - Centro - Iguatu/PR - 85.423-000 - Fone: (45) 3248-1159
iguatu@iguatu.pr.gov.br - CNPJ: 95.595.013/0001-67

www.iguatu.pr.gov.br

VIAJE COM A NORDESTE PARA:
SÃO PAULO - CAMPINAS - RIO DE JANEIRO
FLORIANÓPOLIS - JOINVILLE - BAL. CAMBORIÚ

COMPRA SUA PASSAGEM E PAGUE EM ATÉ 10X SEM JUROS
COM SEU CARTÃO VISA OU MASTER

LIGUE: (45)3226-5231

[CONSULTE OUTROS DESTINOS: 0800 44 2222]

acesse: www.expnordeste.com.br

PRONON + HOSPITAL DO CÂNCER UOPECCAN

SEU IMPOSTO DE RENDA PODE SALVAR VIDAS!

Sua destinação ajuda a modernizar nosso setor de radioterapia.

ESCANEE O QR CODE E SAIBA MAIS

Pessoa Física | Pessoa Jurídica (até 1%)
Entre em contato e saiba mais:
(45) 99106-2693 ou **(45) 99155-0888**

PRECISANDO DE JORNAIS?

Para ajudar na mudança

Para evitar a bagunça na pintura

Para o seu animal de estimação... você entendeu

Pra embalar aqueles itens que você quer cuidar

Entre em contato
(45)44485-0512

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR DO OESTE DO PARANÁ

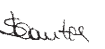
SINTEOESTE

EDITAL 001/2026 - CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Conforme Artigos 14 - 17 do ESTATUTO do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior do Oeste do Paraná - SINTEOESTE, por sua Coordenadora Geral, ao final assinada, convoca todos os trabalhadores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada de forma Presencial no dia 06 de março de 2026, primeira chamada às 14h (quatorze horas), segunda e última chamada às 14h15 (quatorze horas e quinze minutos) com qualquer quórum. Local:Sala A118, Campus Cascavel.

- Informes.
- Pauta:
- 1) Campanha Salarial e Ações de Mobilizações.

Cascavel, 27 de fevereiro de 2026.


Crhistiane de Souza Santos
Coordenadora Geral

CI1241648-E26

Tel. (45) 9 9971-2299 ou (45) 9 9813-7059

Rua Rubens Lopes, 904 CEP 85819-170, (45) 3229-7358, Cascavel, Paraná

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR

PORTARIA N.º 82/2026 de 27.02.2026.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n.º 013/2026 de 06.02.2026**, a presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, para composição de 950 (novecentos e cinquenta) unidades de cestas básicas eventuais, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelo CRAS – Centro de Referência de Atendimento Social e cadastradas no CADÚNICO, em conformidade com os critérios estabelecidos nas Leis Municipais nº 2059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 021/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo 1. Considerando o **"Menor Preço por lote"**, critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa **ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA** com o valor de **RS 81.377,00 (Oitenta e um mil trezentos e setenta e sete reais)**, conforme Ata da Sessão Pública.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de Fevereiro de 2026.

Maxwell Scapini
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

N.º 80/2026.

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, para composição de 950 (novecentos e cinquenta) unidades de cestas básicas eventuais, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelo CRAS – Centro de Referência de Atendimento Social e cadastradas no CADÚNICO, em conformidade com os critérios estabelecidos nas Leis Municipais nº 2059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 021/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo 1.

VALOR: RS 81.377,00 (Oitenta e um mil trezentos e setenta e sete reais), pelo fornecimento integral do objeto.

VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:

* 437 – 10.003.08.245.1031.2188.3.3.90.32.00.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de Fevereiro de 2026.

Maxwell Scapini
Prefeito Municipal

CI1241642-E26

MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026, através do Sistema de Registro de Preços. (Localizar por 90.042/2026 – COMPRAS.GOV.BR).

Tipo: Menor preço

Regime de Compra: Menor preço, por lote.

Objeto: Contratação de serviços de porteiro, recepcionista, vigia/guardião, copeiragem, telefonista e cozinheira para atender a demanda das Secretarias Municipais e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

Valor Máximo: R\$17.119.500,48

Recebimento de propostas: Das 08:00 horas do dia 02 de março de 2026, até às 08:29 horas do dia 20 de março de 2026.

Realização da sessão pública: A sessão pública iniciará às 08:30 horas no dia 20 de março de 2026, na plataforma COMPRAS.GOV.BR - Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Local de Abertura/realização da sessão pública: COMPRAS.GOV.BR - Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Edital: O Edital estará disponível aos interessados na Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, situada à Rua Espírito Santo, nº 777, centro, em Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, durante o horário normal de expediente, das 08h00min. às 11h45min. e das 13h15min. às 17h00min., através do site: www.mcr.pr.gov.br link: Licitações, consulta de licitações, escolher o edital e download, no COMPRAS.GOV.BR - Portal de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Dúvidas: Por e-mail: licita@mcr.pr.gov.br ou pelo Fone: (45) 3284-8828 ou 3284-8865, no horário normal de expediente. Publique-se. Marechal Cândido Rondon-PR, em 27 de fevereiro de 2026. (a.a.) Adriano Backes – PREFEITO.

CI1241643-E26

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR

AVISO

DISPENSA ELETRÔNICA 002/2026.

Processo Administrativo Nº 034/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de mão de obra para reatuação e reinstalação de equipamento, acompanhamento, adequação e regularização para instalação e funcionamento de equipamentos hospitalares no Novo Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR, incluindo suporte técnico para equipamentos de diagnóstico por imagem (Raio-X) e Sistema de Osmose Reversa, bem como emissão de documentação técnica e orientação para atendimento às exigências da Vigilância Sanitária e demais normas aplicáveis, em atendimento a solicitação nº 038/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

RS 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais).

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 02/03/2026 às 8h

Até 05/03/2026 às 8h

PERÍODO DE LANCES

De 05/03/2026 às 08h.

Até 05/03/2026 às 14h

PREFERÊNCIA ME/EP/EQUIPARADAS

SIM

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de fevereiro de 2026.

Natali Aparecida Pagel da Silveira
Agente de Contratação

CI1241646-E26

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ

CNPJ: 00.944.673/0001-08

Endereço: Av. Brasil, nº 11.368 - Bairro: FAG - CEP: 85.806.000 - Cascavel - PR

Fone: 45 3220-4850

Site: www.cisop.com.br

AME PARANÁ

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR – RECURSO ADMINISTRATIVO (ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, RES. 018/2025)

Trata-se de recurso administrativo interposto por ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA contra decisão da autoridade julgadora que, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador relativo à Ata de Registro de Preços n. 58/2025, aplicou a sanção de impedimento de licitar e contratar com o CISOP pelo prazo de 03 (três) anos, em razão da não entrega, no prazo estipulado, dos itens 120 e 121 (espécules auriculares) requisitados em 09/10/2025. Conheço do recurso, por tempestivo e regularmente processado, nos termos do art. 13 da Resolução n. 018/2025, com efeito suspensivo (art. 15). No mérito, acolho integralmente as conclusões do Parecer Jurídico constante dos autos, para dar parcial provimento ao recurso exclusivamente a fim de corrigir o enquadramento jurídico da conduta, fixando-se a tipificação apenas no art. 6º, inciso II, da Resolução n. 018/2025, afastando-se o enquadramento cumulativo nos incisos I, III e VII, por critério de especialidade/absorção e para preservação da coerência tipológica do ato sancionador. Mantenho, contudo, integralmente a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o CISOP pelo prazo de 03 (três) anos, porquanto a infração do art. 6º, II, da Resolução n. 018/2025 autoriza a aplicação do impedimento (art. 7º, §4º), e a sanção encontra amparo no art. 156, III e §4º, da Lei n. 14.133/2021, observados os critérios de dosimetria do art. 7º, §1º, da Resolução n. 018/2025, notadamente diante da natureza do objeto (insumo médico-hospitalar), do risco concreto à continuidade do serviço público de saúde e da ausência de comprovação de excludente de responsabilidade (força maior/caso fortuito externo), além de possuir alcance restrito ao âmbito do CISOP. Assim, decido: (i) conhecer do recurso; (ii) dar-lhe parcial provimento apenas para retificar a tipificação para o art. 6º, II, da Resolução n. 018/2025; e (iii) manter a sanção de impedimento pelo prazo de 03 (três) anos e as demais determinações da decisão recorrida, por seus próprios fundamentos, com as adequações aqui explicitadas. Publique-se, registre-se e intime-se a interessada, com as anotações/cadastros cabíveis após o trânsito em julgado administrativo, na forma do art. 16 da Resolução n. 018/2025.

Cascavel, 27 de fevereiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Presidente do CISOP

CI1241649-E26

MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – CEP 85955-321 – Fone/Fax: (44) 3687-1262

E-mail: governo@maripa.pr.gov.br / Site: www.maripa.atende.net

CNPJ 95.583.571/0001-02

Maripá

EDITAL Nº017/2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Concurso Público Municipal, aberto pelo Edital nº 030/2024 de 01 de abril de 2024.

O Prefeito do Município de Maripá, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final do concurso, publicado pelo Edital nº 079/2024 em 31 de julho de 2024.

RESOLVE:

Art.1º - Convocar, respeitando a ordem rigorosa de classificação o candidato abaixo relacionado:

INSC.	CANDIDATO	CLASS.	CARGO
000891	ALFAPAREDO RODRIGUES LUNDES	01º	ANALISTA ADMINISTRATIVO

Art. 2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Maripá, no período de 02 de março de 2026 a 06 de março de 2026, em horário normal de expediente.

Art. 3º - Determinar que o candidato convocado apresente a documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber:

- 01 Foto digital (enviar e-mail rh@maripa.pr.gov.br).
- Fotocópia Carteira profissional (CTPS).
- Fotocópia da Códula de Identidade.
- Fotocópia do CPF/IMF.
- Fotocópia do Cartificado Militar.
- Fotocópia do Título de Eleitor e último comprovante de votação.
- Fotocópia do Registro Civil (casamento ou nascimento).
- Fotocópia da Certidão Nascimento, Caderneta de vacinação para dependentes com idade menor de 6 anos, declaração de matrícula escolar para dependentes de 7-24 anos de idade e CPF dos dependentes.
- Fotocópia do diploma ou histórico escolar e habilitação legal para o exercício do cargo.
- Certidão negativa de antecedentes criminais (fornecida no Fórum).
- Declaração de acúmulo de cargo ou emprego público (modelo no Dpto de RH)
- Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar (modelo no Dpto de RH).
- Cópia da Declaração de Imposto de Renda ou Declaração de Bens atualizada (Lei Federal nº 8.429/92)
- Documentos complementares, conforme exigido no edital.

Art. 4º - O candidato poderá requerer a prorrogação do prazo previsto no Art. 2º por mais 5 (cinco) dias, sendo que neste prazo deverá apresentar todos os documentos indicados no Art. 3º para tomar posse no cargo.

O não comparecimento e apresentação documentos do candidato acima mencionado, na data e horário previsto neste Edital, implicará na perda da vaga e consequente desclassificação.

PALACIO DAS ORQUIDEAS.

Em, 27 de fevereiro de 2026

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO LUIZ JACOBY NASCIMENTO: 03/03/1976 CPF: 2873509	RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI NASCIMENTO: 03/03/1976 CPF: 2873509
---	---

Roberto Luiz Jacoby
Secretário de Administração

Rodrigo André Schanoski
Prefeito

CI1241652-E26

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ

CNPJ: 00.944.673/0001-08

Endereço: Av. Brasil, nº 11.368 - Bairro: FAG - CEP: 85.806.000 - Cascavel - PR

Fone: 45 3220-4850

Site: www.cisop.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º004/2026

CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO – CETEA N.º001/2025

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná – CISOP, com sede na Cidade de Cascavel/PR, no uso de suas atribuições Estatutárias e legais, **CONVOCA**, em única chamada, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso para Emprego Público – CETEA nº001/2025, para ocuparem o cargo em que obtiveram aprovação, de acordo com a ordem de classificação da lista geral de ampla concorrência, na de pessoas com deficiência e na de afrodescendentes, homologado pelo Edital nº011/2025, para que se apresentem na Sede do CISOP, no endereço Avenida Brasil, n. 11.368, Fag, em Cascavel/PR, munidos dos documentos especificados no Edital nº001/2025 no Anexo V, a fim de iniciar o processo de contratação, sob o regime da CLT – Consolidação das Leis Trabalhista.

CANDIDATO/CARGO:

AGENTE ADMINISTRATIVO
6º - CARLOS EDUARDO MAGNABOSCO
TERAPEUTA OCUPACIONAL (FINAL DE FILA)
2º - LECI COSTA DE CAMARGO CHAGAS

Os candidatos acima relacionados deverão comparecer durante o horário de expediente 08:30 às 11:00 horas, e das 13:30 às 16:00 horas, a partir de 02 de março de 2026 a 04 de março de 2026.

Ficam notificados os candidatos aprovados e aqui relacionados que, em caso de não se apresentarem no prazo e horário acima estipulado, serão considerados formalmente **DESISTENTES**.

Cascavel/PR, em 27 de fevereiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Presidente do CISOP

CI1241653-E26

MUNICÍPIO DE LINDOESTE

E-mail: pm@lindoeste.pr.gov.br

AV. Marechal Cândido Rondon, s/n – Telefax (45) 3122-3131

CEP 85826-000 - LINDOESTE - PARANÁ

CNPJ 80.881.915/0001-92

EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

DECRETO Nº 088/2026: SÚMULA: Designa os integrantes do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência-COMIDE, representantes governamentais, sociedade civil e das outras Províncias. Data: 27 de fevereiro de 2026.Silvio de Souza, Prefeito Municipal.

DECRETO Nº095/2026 – 27/02/2026 – Exonera a Pedido Candidata Aprovada em Processo Seletivo Simplificado, e dá outras providências. SILVIO DE SOUZA – Prefeito.

DECRETO Nº096/2026 – 27/02/2026 – Nomeia Servidor Público Municipal para Ocupar Cargo de Concurso Público, e dá outras providências. SILVIO DE SOUZA – Prefeito.

DECRETO Nº097/2026 – 27/02/2026 – Nomeia Servidor Público Municipal para Ocupar Cargo de Concurso Público, e dá outras providências. SILVIO DE SOUZA – Prefeito.

DECRETO Nº098/2026 – 27/02/2026 – Nomeia Servidor Público Municipal para Ocupar Cargo de Concurso Público, e dá outras providências. SILVIO DE SOUZA – Prefeito.

DECRETO Nº099/2026 – 27/02/2026 – Nomeia Chefe de Divisão de Assistência Social, e dá outras providências. SILVIO DE SOUZA – Prefeito.

PORTARIA Nº048/2026 – 28/02/2026 – Concede diária a servidora em decorrência de viagem, e dá outras providências. SILVIO DE SOUZA – Prefeito.

PORTARIA Nº049/2026 – 27/02/2026 – Concede diária a servidor em decorrência de viagem, e dá outras providências. SILVIO DE SOUZA – Prefeito.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2026. De um lado, o MUNICÍPIO DE LINDOESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 80.881.915/0001-92, localizado na Av. Marechal Cândido Rondon, s/n, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Silvio de Souza, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5.***712-*, devidamente inscrito no CPF nº ***.358.179-*, Contratada: CONTROLERIA INTERNO NA PRÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 48.725.098/0001-70, com endereço à Avenida Visconde de Guarapuava, nº 2305, Apt 806, Andar 06, Cond American Towers, Bloco Ed Philadelphia Top, CEP: 80.010-100, Centro, Curitiba/PR. Neste ato representada por Suzana de Lima Gonçalves, brasileira, portadora do RG nº 10**10**10*, devidamente inscrita no CPF nº ***.431.508-*. Objeto: Fica prorrogado o presente contrato iniciando-se em 17 de fevereiro de 2026 e findando-se em 31 de dezembro de 2026, contemplando assim com as determinações do artigo 107 a Lei 14.133/21. Ficam automaticamente renovados os quantitativos. Fica reajustado o valor contratual em 4,30% (quatro virgula trinta por cento), de ao art. 124, I, 125 da Lei 14.133/21. As demais cláusulas que não foram incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas. Assinaturas: Silvio de Souza e Suzana de Lima Gonçalves. Nova data de Vigência: 17/02/2026 à 31/12/2026. Data da Assinatura: 17/02/2026.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2024. De um lado, o MUNICÍPIO DE LINDOESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 80.881.915/0001-92, localizado na Av. Marechal Cândido Rondon, s/n, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Silvio de Souza, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5.***712-*, devidamente inscrito no CPF nº ***.358.179-*, Contratadas: PIRAMIDE PAVIMENTAÇÃO E CALÇADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 39.741.346/0001-86, com endereço à Rua Antônio Martins, S/N, CEP: 85.770-000, Cidade Universitária, Realeza/PR. Neste ato representada por Vanessa Fesinalli, brasileira, portadora do RG nº 14.***007-*, devidamente inscrita no CPF nº ***.898.629-*. Objeto: Fica prorrogado o presente contrato iniciando-se em 28 de fevereiro de 2026 e findando-se em 14 de março de 2026, contemplando assim com as determinações do artigo 107 a Lei 14.133/21. Ficam automaticamente renovados os quantitativos. Assinaturas: Silvio de Souza e Vanessa Fesinalli. Data da Assinatura: 27/02/2026.

EDITAL DE RATIFICAÇÃO Nº 01/2026 - REFERENTE AO EDITAL DE ABERTURA N.º 02/2026 - PSS/2026 - torna pública a RATIFICAÇÃO do item 6.1.12 do Edital de Abertura nº 02/2026 – silvio de Souza – Prefeito.

CI1241656-E26

Documentos na íntegra disponíveis no diário oficial eletrônico do Município de Lindoeste em www.lindoeste.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR

PORTARIA N.º 82/2026 de 27.02.2026.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n.º 014/2026 de 09.02.2026**, destinado a aquisição de forma fracionada de sêmen e materiais diversos visando dar continuidade ao Programa Municipal de Apoio à Produção Leiteira (PLA) instituído pela Lei Municipal nº 2.253/2017, em atendimento a solicitação nº 028/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o **"Menor Preço por item"**, critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, ficam declaradas vencedoras do processo, com seus respectivos itens, as empresas: **R. LARSEN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL**, com os itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 no valor de R\$ 65.700,00 **TERRA PECUÁRIA LTDA** com o item nº 09 no valor de R\$ 3.000,00 **ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES** com o item nº 10 no valor de R\$ 1.672,00 **DIPEX COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA** com o item nº 11 no valor de R\$ 1.008,00, conforme registrados no Mapa. Sendo esta a classificação de cada participante, o valor total do certame, resultou em **RS 71.380,00 (Setenta e um mil trezentos e oitenta reais)**, conforme Ata da Sessão Pública.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de Fevereiro de 2025.

Maxwell Scapini
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS

N.º 81/2026 de 84/2026.

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADAS: R. LARSEN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL – TERRA PECUÁRIA LTDA – ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES – DIPEX COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de: forma fracionada de sêmen e materiais diversos visando dar continuidade ao Programa Municipal de Apoio à Produção Leiteira (PLA) instituído pela Lei Municipal nº 2.253/2017, em atendimento a solicitação nº 028/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR: RS 71.380,00 (Setenta e um mil trezentos e oitenta reais), conforme classificação pertinente a cada empresa vencedora.

VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.

RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 519 – 14.001.20.606.1015.2210.3.3.90.32.00.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de Fevereiro de 2026.

Maxwell Scapini
Prefeito Municipal

CI1241647-E26

Prefeitura Municipal de Nova Aurora

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Capital Nacional da Tilápia

AVISO DE PREGÃO NA FORMA ELETRONICA N.º 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 016/2026

O Município de Nova Aurora/PR, avisa aos interessados que realizará no dia 18 de março de 2026, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando:

Aquisição de 01 (um) trator agrícola novo, zero hora, ano/modelo igual ou posterior ao da contratação, destinado às atividades agrícolas e de apoio aos serviços do Município.

Demais especificações constam no Anexo I – Termo de Referência, que integra o edital.

Datas e horários importantes:

Recebimento das propostas: até às 08h do dia 18 de março de 2026.

Início da sessão de disputa de preços: a partir das 08h15min do mesmo dia.

- O Edital poderá ser obtido através dos sites: www.gov.br/compras-pt-br e www.novaaurora.pr.gov.br

- Demais informações pertinentes a presente Licitação, deverão ser solicitadas aos interessados junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Aurora, pelo telefone (45) 3243-1122 ou pelo e-mail: licitacao@novaaurora.pr.gov.br.

Nova Aurora/PR, em 27 de fevereiro de 2026.

- JOSÉ APARECIDO DE PAULA E SOUZA
Prefeito Municipal

CI1241650-E26

MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 3/2026. (Localizar por 90.003/2026 – COMPRAS.GOV.BR)

Critério de julgamento: Menor preço / Empreitada por preço global.

Objeto: Contratação de obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial urbana, sinalização viária e passeio a serem executados na Travessa Brasília.

Valor Máximo: R\$1.433.650,53

Recebimento de propostas: Das 08:00 horas do dia 02 de março de 2026, até às 08:29 horas do dia 19 de março de 2026.

Realização da sessão pública: A sessão pública iniciará às 08:30 horas no dia 19 de março de 2026, na plataforma COMPRAS.GOV.BR - Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Local de Abertura/realização da sessão pública: COMPRAS.GOV.BR - Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Edital: O Edital, bem como demais arquivos relacionados, estará disponível aos interessados na Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, situada à Rua Espírito Santo, nº 777, centro, em Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, durante o horário normal de expediente, das 08h00min. às 11h45min. e das 13h15min. às 17h00min., através do site: www.mcr.pr.gov.br link: Licitações, consulta de licitações, escolher o edital e download, no COMPRAS.GOV.BR - Portal de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Dúvidas: Por e-mail: licita@mcr.pr.gov.br ou pelo Fone: (45) 3284-8828 ou 3284-8865, no horário normal de expediente. Publique-se. Marechal Cândido Rondon-PR, em 26 de fevereiro de 2026. (a.a.) Adriano Backes – PREFEITO

CI1241644-E26

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

CNPJ: 78.101.821/0001-01 Rua Rui Barbosa, 202- Centro- Fone/Fax (045)3267-8000 ESTADO DO PARANÁ.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 90007/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/IME sob o nº 78.101.821/0001-01, com sede à Rua Rui Barbosa, 202, CEP 85.045-056, nesta Cidade, Estado do Paraná, convoca os interessados a participarem da licitação a ser realizada no dia 17/03/2026 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, na modalidade PREGÃO ELETRONICO, na forma da Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações e regulamento previsto no Decreto Municipal 6.602/23, e demais legislações aplicáveis, objetivando a Registro de Preços para contratação de empresa para prestar serviços de arbitragem nas modalidades Futsal, Futebol Suíço, Futebol De Campo, Bocha e Voleibol, destinados à realização de jogos de campeonatos municipais, nas condições fixadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 90007/2026 e seus Anexos, sendo a presente licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

O edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br, www.veracruz.pr.gov.br e www.br/pncpp/pt-br. Demais informações junto ao Setor de Licitações através dos Fones (45) 99127-8712 e (45) 99145-1470 ou e-mail licitacao@veracruz.pr.gov.br e/ou propostas@veracruz.pr.gov.br

Vera Cruz do Oeste, 27 de fevereiro de 2026.

Juliana Estevão de Oliveira Rosalen
Agente de contratação

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 90008/2026

Devido a problemas com a divulgação do Edital no Sistema Compras.gov.br, fica retificado o Edital do Pregão Eletrônico nº 90008/2026 objetivando a Registro de preços para aquisição de equipamentos e mobiliários para atender as Secretarias Municipais de Vera Cruz do Oeste – PR. Com necessidade de nova data de abertura.

Nova data de abertura: 13/03/2026 às 09h00min.

O edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br, www.veracruz.pr.gov.br e www.br/pncpp/pt-br. Demais informações junto ao Setor de Licitações através dos Fones (45) 99127-8712 e (45) 99145-1470 ou e-mail licitacao@veracruz.pr.gov.br e/ou propostas@veracruz.pr.gov.br

Vera Cruz do Oeste, 27 de fevereiro de 2026.

Juliana Estevão de Oliveira Rosalen
Agente de contratação

CI1241657-E26

EPR 5 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 60.978.495/0001-50 - NIRE 35300664990

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2026

I. Data, Horário e Local: 23 de janeiro de 2026, às 16:00 horas, no endereço da sede social localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. **II. Convocação e Presença:** Presente a única acionista **EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ/MF") sob o nº 60.978.519/0001-70 e NIRE nº 35300665015, representada por **José Carlos Cassaniga**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade ("RG") nº 10.838.525-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 079.703.368-84, e **Enio Stein Júnior**, brasileiro, casado em separação total de bens, engenheiro, portador do RG nº 09.376.519-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.142.927-81, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, 2º andar, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. **III. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a alteração da denominação social da Companhia e, se aprovado, a consequente alteração e adequação do artigo 1º do estatuto social; e (ii) a modificação e consolidação do estatuto social da Companhia. **V. Deliberações:** Após oportunas discussões, o único acionista decidiu, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) alterar a denominação social da Companhia, a qual passa de EPR 5 Participações S.A. para EPR Paraná S.A., de modo que o artigo 1º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 1º** - A EPR Paraná S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e demais disposições legais aplicáveis." (ii) de forma a refletir as deliberações acima, reformar e consolidar o estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** a esta ata. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão da assinatura da acionista, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. **VII. Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior; **Acionista: EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.** (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior). A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, sendo uma cópia mantida no livro próprio. São Paulo, 23 de janeiro de 2026. JUCEPAR em 26/02/2026, 17:38 horas, sob nº 20260527904. Protocolo: 260527904 de 11/02/2026. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º - A EPR Paraná S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede social na Avenida Presidente Tancredo Neves 3702, Quadra 40, Lote 015A, Comércio 01, Santa Cruz, CEP 85806-470, Município de Cascavel, Estado do Paraná, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelas BR 272/369/376 e PR 317/182/272/323/444/862/897/986, denominado "Lote 4 - Rodovias do Paraná", como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 3/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão ("Contrato de Concessão"). **Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 798.000.000,00 (setecentos e noventa e oito milhões de reais), dividido em 798.000.000 (setecentos e noventa e oito milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada Ação ON confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **Parágrafo 2º** - A Companhia poderá emitir ações preferenciais ("Ações PN"). As Ações PN não conferirão aos seus proprietários direito a voto, no entanto, conferirão aos seus titulares os seguintes direitos, além dos demais direitos previstos na Lei das S.A.: (i) prioridade na distribuição de dividendos, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei das S.A.; e (ii) prioridade no reembolso do capital, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei das S.A. **Parágrafo 3º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **Parágrafo 4º** - Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **Parágrafo 5º** - É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º** - Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º** - A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% (dez por cento) do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º** - Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais ordinária e extraordinária. **Artigo 9º** - As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. **Parágrafo 1º** - As formalidades de convocação previstas acima, ficam dispensadas quando todos os acionistas comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da respectiva Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As Assembleias Gerais instalar-se-ão: (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante, e (ii) em segunda convocação, com qualquer número. **Parágrafo 3º** - As Assembleias Gerais deverão ocorrer na sede social da Companhia e extraordinariamente poderão ser realizadas fora da sua sede, e deverão ser dirigidas por um presidente e um secretário. O presidente deverá ser eleito pelos acionistas presentes, que deverá indicar, em seguida, o secretário. **Parágrafo 4º** - Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. **Parágrafo 5º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das S.A. **Parágrafo 6º** - Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. **Parágrafo 7º** - O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **Parágrafo 8º** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. As atas deverão ser arquivadas na sede da Companhia e somente serão levadas a arquivamento perante a Junta Comercial competente se tiverem que produzir efeitos contra terceiros. **Artigo 10** - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: **i.** aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia e quaisquer planos de remuneração baseados em ações; **ii.** obtenção de registro de companhia aberta, de oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; **iii.** participação em grupo de sociedades, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; **iv.** aprovação do plano de negócios da Companhia; **v.** fixar a remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração; **vi.** outorgar opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; **vii.** autorizar a negociação de ações de emissão da Companhia em relação às suas próprias ações; **viii.** realização de investimentos ou despesas em limites superiores ao previsto no plano de negócios da Companhia ou no orçamento anual aprovado; **ix.** participação, da Companhia, em associações, fundações ou consórcios; **x.** alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no Plano de Negócios ou no orçamento anual aprovado; **xi.** denunciar, terminar e/ou rescindir o Contrato de Concessão; **xii.** outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito; e **xiii.** contratação de auditores independentes. **Parágrafo Único** - Não obstante o disposto no Artigo 10 acima, é vedado à Companhia: (i) conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou partes relacionadas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrados em condições equitativas de mercado, além de movimentações em função da redução de capital social permitida nos termos do Contrato de Concessão; e (ii) prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas partes relacionadas e/ou terceiros. **Artigo 11** - Exceto se quórum maior for exigido pela Lei das S.A., as matérias a serem submetidas às Assembleias Gerais (ordinárias e extraordinárias) serão aprovadas pela maioria do capital social votante da Companhia. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 12** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) diretores, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis em Assembleia Geral da Companhia, sendo todos sem designação específica. **Parágrafo 1º** - Os Diretores serão nomeados em Assembleia Geral, por acionistas que representem a maioria simples do capital social votante da Companhia. Os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim. **Parágrafo 2º** - Os membros da Diretoria, que poderão ser substituídos e/ou destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do membro substituído, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º** - A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os administradores. **Parágrafo 4º** - Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Artigo 13** - Os Diretores terão mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 1º** - Em caso de impedimento permanente, renúncia e/ou vacância dos cargos de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído. **Parágrafo 2º** - Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos

devem ter caráter de exclusividade. **Artigo 14** - A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada por qualquer Diretor. As atas deverão ser lavradas em livro próprio. **Parágrafo 1º** - As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **Parágrafo 2º** - As resoluções da Diretoria da Companhia serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **Artigo 15** - A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observados os limites deste Estatuto Social, competindo-lhe especialmente: **i.** cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; **ii.** administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; **iii.** administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; **iv.** administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; **v.** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; **vi.** apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; **vii.** deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; **viii.** apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação dos acionistas, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, relativa ao exercício seguinte; e **ix.** cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social. **Artigo 16** - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou atos que (i) importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia; (ii) exonerem a Companhia de obrigações para com terceiros; ou (iii) exonerem terceiros de obrigação com a Companhia; incumbirão e serão obrigatoriamente praticados: **i.** por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; **ii.** por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula; **iii.** por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou **iv.** por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador de forma isolada, com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais. **Parágrafo 1º** - As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, que poderão ser por prazo indeterminado. **Parágrafo 2º** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, ou procurador devidamente constituído, que envolverem a Companhia em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos seus objetivos sociais. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 17** - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral. **Parágrafo 3º** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 18** - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VI. Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras. Artigo 19** - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável e no Contrato de Concessão. **Parágrafo Único** - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 20** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: **i.** 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e **ii.** 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 21** - A Companhia poderá: **i.** levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; **ii.** levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e **iii.** creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo VII. Liquidação. Artigo 22** - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração, observado, no entanto, o disposto no Contrato de Concessão. **Parágrafo 1º** - Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, caberá à Assembleia Geral, por meio de aprovação dos acionistas representando a maioria simples do capital social votante da Companhia, eleger o liquidante e, caso instalado, os membros do Conselho Fiscal que funcionarão no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Parágrafo 2º** - Nessa hipótese, os haveres da Companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será dividido entre os acionistas na proporção de suas respectivas ações. **Capítulo VIII. Arbitragem. Artigo 23** - Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. **Parágrafo 1º** - A arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. **Parágrafo 2º** - A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **Parágrafo 3º** - Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. **Parágrafo 4º** - Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com o como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. **Parágrafo 5º** - A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência, e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consultorias e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo IX. Disposições Gerais. Artigo 24** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. **Artigo 25** - Este Estatuto deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. São Paulo/SP, 23 de janeiro de 2026.

A EXPERIÊNCIA DO JORNAL TAMBÉM NOS DISPOSITIVOS DIGITAIS

Acompanhe as notícias no nosso site

www.
oparana
com.br

Leia diariamente a réplica do jornal impresso no seu computador, tablet ou celular! Exclusivo para assinantes.

Siga-nos também nas redes sociais

f jornalOParana

wa (45) 9 9975-1047 grupos

oParanaHojeNews

o_parana

O Paraná
Jornal de Fato**O Paraná**
Juntos contra a**DENGUE**

Não deixe água parada!



Use repelente!



Se sentir sintomas procure um médico!

SEJA VOCÊ TAMBÉM UM**SUPER-HERÓI****Doe e apoie a construção do Centro de Habilitação APAE Cascavel:****APAE**
CASCATEL - PR